



PLANO DE AÇÃO DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO PARANÁ PARA O EXERCÍCIO DE 2022

O desenvolvimento do Plano de Ação projetado para o exercício de 2022 foi elaborado, utilizando discussões do Plenário, bem como dos temas emergentes da Psicologia, tanto em âmbito externo (sociedade e profissionais) quanto interno (estrutura administrativa e técnica).

PLENÁRIAS

Estão previstas para o ano de 2022, a realização de 32 (trinta e duas) reuniões plenárias. As reuniões plenárias acontecem na 1ª sexta-feira de cada mês, com período de 4 horas e no 1º sábado do mês, com período de 8 horas. E a 3ª sexta-feira de cada mês com período de 4 horas, especialmente para julgamentos de processos disciplinares éticos. Nas Plenárias de sexta-feira são convocadas(os) todas(os) as(os) conselheiras(os) efetivas(os) e suplentes. Nas plenárias de sábado são convocadas(os) todas(os) as(os) conselheiras(os) efetivas(os) e suplentes, colaboradoras(es) das comissões temáticas e permanentes, bem como, as comissões setoriais distribuídas no Estado.

COMISSÕES PERMANENTES

Para execução de seus fins, o CRP-PR dispõe de Comissões Permanentes e Temáticas, que se reúnem para debater as matérias concernentes a cada área de atuação de forma a subsidiar os posicionamentos e deliberações adotados pelo plenário. São integradas por conselheiros(as), indicados(as) pelo Plenário e por psicólogas(os) colaboradoras(es), designadas(os) por Portaria da Presidência, após aprovação em plenária.

Comissão de Ética - COE



É responsável pela aplicação do Código de Processamento Disciplinar - CPD (Resolução CFP nº 011/2019) e a COE conta com a participação de conselheiras(os) e 02 (duas) funcionárias (uma assistente administrativo-financeira e uma assessora técnica), podendo ser ampliada à participação de outras(os) colaboradoras(es) quando da constituição de Comissões de Instrução.

Diariamente, realiza orientações às partes envolvidas em Procedimentos Preliminares (PP) ou Processos Disciplinares Éticos (PDE), orientações para formalização de denúncias, orientações internas, oitivas de instrução processual, aplicações de penalidades, entre outras(os). Promove reuniões semanais para discussão e deliberações das denúncias e trâmites processuais, podendo se articular – quando necessário – com outras Comissões do Conselho.

Comissão de Orientação e Fiscalização – COF

A COF é composta por 08 (oito) orientadoras(es) fiscais e 01 (um) coordenador, todas(os) com formação em Psicologia e com inscrição ativa junto ao CRP-PR, além de 01 (um) estagiário de Psicologia. Além das(os) funcionárias(os), a Comissão também conta com conselheiras(os) e outras(os) colaboradoras(es), também designados(as) por Portaria da Presidência, após aprovação em plenária. Suas atribuições estão descritas no Resolução CFP nº 010/2017, que institui a Política de Orientação e Fiscalização no Sistema Conselhos de Psicologia. Para o exercício de 2022, apresentam-se a manutenção das seguintes demandas, como seguem:

Inspeção por demanda: Atendimento às denúncias formalizadas e/ou indícios e/ou pedidos (averiguação e encaminhamentos), com objetivo de zelar para que os serviços de psicologia sejam prestados com qualidade à comunidade e evitar que a psicologia seja aviltada.

Inspeção de rotina: Vistoria nos serviços de psicologia, conforme planejamento (SUAS, saúde, clínicas privadas), orientações por vídeoconferência/telefone, e-

mail, correspondência ou pessoalmente, com o objetivo de atender as necessidades individuais dos profissionais e informar questões pontuais em relação à ética e legislação.

Inspeção de Pessoa Jurídica: Visita de vistoria para Inscrição e Alteração de Registro, para fazer cumprir o disposto nas Resoluções CFP nº 003/2007, 003/2007, 001/2012, 013/2019 e 016/2019.

Inspeção de Pessoas Jurídicas já inscritas: Vistoria de Pessoas jurídicas que tenham registro há mais de 10 anos, com o objetivo de reavaliar as instalações físicas das PJs já inscritas no CRP-PR.

Participação em solenidade de acolhimento às(aos) profissionais recém-inscritas(os) no CRP-PR: Orientação preventiva aos novos inscritos, com o objetivo de informar sobre legislação, ética e como participar do CRP-PR, buscando aproximar a categoria do seu órgão de classe.

Análise das solicitações de cancelamento do registro de PF e PJ: Analisar os pedidos de cancelamento e elaborar parecer de deferimento ou indeferimento, com o objetivo de verificar os pedidos de cancelamento e orientar os profissionais sobre o exercício da psicologia em área privativa e/ou de interface.

Solicitações de divulgações: Analisar os pedidos de divulgação: site, mala direta, hall de entrada das sedes e subsedes, com o objetivo de fiscalizar a publicidade das(os) psicólogas(os), orientando nos casos em que não esteja de acordo com a legislação profissional.

Colaborar com outras comissões do CRP-PR: Elaboração de Pareceres, participação em eventos, participação nas reuniões, com o objetivo de contribuir para o que se refere à legislação e ética profissional.

Participação em reuniões plenárias: Integração com o CRP-PR. Objetivo: contribuir no que for da competência da Comissão, assim como se atualizar em relação aos temas tratados.

Ações nas Universidades: Reuniões e palestras com temas definidos a partir da demanda das instituições de ensino, com o objetivo de informar e estabelecer canal de comunicação com os estudantes numa ação preventiva, tratando sobre o funcionamento do Conselho, legislação e ética na atuação profissional.

Participação em ações conjuntas com outros órgãos e instituições: Fiscalizações conjuntas, com o objetivo de potencializar as ações de fiscalização, conjugando esforços em prol do usuário.

Reuniões com Assessoria Jurídica: Para capacitação em relação aos aspectos legais das orientações/ fiscalizações e formalização de denúncias.

Revista Contato do CRP-PR: Elaboração de artigos e informativos para a Revista Contato, com o objetivo de levar informação à categoria referente à legislação e ética profissional.

Representações Éticas: Formalização de representações nos casos de processo disciplinar ordinário e/ou ético, bem como acompanhamento do processo. Objetivo: denunciar o mau exercício profissional.

Atendimento Online: Analisar os cadastros de psicólogas/os para atendimento online. Objetivo: cumprir o disposto na Resolução CFP nº 011/2018 e demais vigentes.

Educação Continuada: Aprimoramento constante das/os funcionárias/os da comissão, por intermédio de formações focadas em pontos específicos dos temas que são objeto de orientação.

Materiais de orientação: Produção materiais de orientação para a categoria e sociedade, sejam eles folders, flyers e textos, cujo objetivo é levar ao

conhecimento das(os) psicólogas(os) as implicações éticas de sua atuação, bem como orientar sobre o papel da Psicologia como ciência e profissão.

Participação da Comissão em eventos para a categoria: orientar as(os) psicólogas(os) sobre como atuar sem ferir a ética, divulgação, relação com meios de comunicação, sigilo, resoluções, regulamentações dos testes, práticas não convencionais, atendimento online, entre outros.

Participação em Encontro Nacional da COF no CFP: Objetivo: aprimoramento constante - pautas nacionais.

Representação nos Grupos de Trabalhos regionais e nacionais: Por intermédio das(os) conselheiras(os) e equipe técnica da COF, atuar regional e nacionalmente nos Grupos de Trabalho para quais a Comissão for requisitada.

Comissão de Comunicação Social - CCS

A Comissão de Comunicação Social é composta por três funcionárias(os) – uma jornalista, uma assessora de imprensa e um designer, além de um estagiário de Publicidade e uma de Jornalismo. Além das funcionárias, a Comissão é coordenada por um conselheiro e conta com colaboradoras(es), que reúnem-se semanalmente.

O objetivo da Comissão é informar sobre questões importantes relacionadas à Psicologia e áreas correlatas, como Direitos Humanos e Controle Social, e dar visibilidade às ações do Conselho Regional de Psicologia do Paraná. Para cumprir esta função, utiliza-se de diversos meios de comunicação, como revista, site e redes sociais, e estratégias como vídeos, textos e imagens. O constante avanço, com a adoção de novas formas de comunicação, visa a acompanhar as mudanças sociais e o modo como o público recebe e absorve as informações.

O público-alvo da comunicação é composto por Psicólogas(os), sociedade e Instituições de Ensino Superior. Por isso, o trabalho é dividido em linhas de atuação:

1. Assessorar o Plenário e as comissões do CRP-PR, a fim de orientá-los sobre como trabalhar ações de comunicação interna e externa;
2. Trabalhar a imagem do Conselho para que o órgão seja percebido, pela categoria, como uma instituição que defende a Psicologia e orienta as(os) profissionais da área, além de possibilitar que as(os) Psicólogas(os) vejam o CRP-PR como uma referência para a sua prática profissional;
3. Atuar junto à sociedade para a divulgação de informações que valorizem a Psicologia e as boas práticas dos profissionais de Psicologia, orientando quanto aos limites de atuação, possibilidades e funções do CRP;
4. Atuar junto às instituições de ensino para aproximá-las à instituição, bem como as(os) estudantes de Psicologia.

Para realização dos seus objetivos, utiliza as seguintes estratégias:

Divulgação de eventos

A Comissão de Comunicação atua para que as ações do Plenário e das Comissões Especiais (Temáticas) sejam divulgadas. Para tanto, realiza trabalho antes, durante e após os eventos, mantendo e aprofundando continuamente o contato com as Sedes Londrina, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu, além de trabalhar pela inserção do CRP-PR na mídia externa. Para que a divulgação de eventos seja cada vez mais efetiva, pretende-se ampliar o quadro de estagiários com a contratação de mais um estudante, que poderá auxiliar neste contato com Subsedes e Representações Setoriais.

Comunicação com Psicólogas(os)

O contato com a sociedade e as(os) Psicólogas(os) também deve ser intensificado em 2022 com a ampliação das ações no site, envio de mailing e newsletter, publicação de artigos e matérias no site e nas redes sociais, além da produção de materiais explicativos das diversas áreas da Psicologia.



Para tanto, será necessário o apoio financeiro para impressão e distribuição dos materiais em ações de interação com o público.

Estas ações devem se intensificar com a chegada do Dia do Psicólogo, em agosto, quando diversos eventos acontecerão em todo o Estado. As divulgações das possibilidades de participação no processo democrático de escolha do próximo Plenário a conduzir o CRP-PR também ganha importância em 2022, com trabalho árduo da Comunicação para que as informações acerca das datas importantes e possibilidades de participação da categoria nesse processo cheguem a todas(os) as(os) Psicólogas(os) do Paraná.

Comunicação com estudantes e sociedade

O público externo é também muito importante para o CRP-PR. Portanto, pretende-se ampliar, em 2022, o contato com estudantes, por meio de conteúdos específicos e envio de newsletter, procurando uma aproximação das(os) futuras(os) Psicólogas(os) e o Conselho.

A sociedade é contemplada em ações como publicação de artigos, matérias, vídeos, materiais impressos, campanhas publicitárias, etc. que levam informações sobre a importância da Psicologia, sobre como escolher bons profissionais, como denunciar, etc.

Além dos canais do CRP-PR, a assessoria de imprensa tem papel fundamental, ao publicar entrevistas e divulgações nos meios de comunicação abertos.

A Comunicação também tem importante papel no relacionamento do CRP-PR com outras instituições, viabilizando ações conjuntas por meio da parceria para produção de conteúdo, eventos e campanhas, entre outros aspectos relacionados às atividades de comunicação.

Assessoria a eventos

Assessoramento contínuo às comissões no que se refere a: preparação da divulgação dos eventos promovidos pelas Comissões, entrevistas, elaboração de artigos, apresentações para a plenária (arquivos em Powerpoint), produção de relatórios de participação de representantes do CRP-PR em eventos, organização e cerimonial de eventos, entre outros.

Eventos

A Comissão de Comunicação também pode propor a realização de eventos para o CRP-PR em situações específicas, que demandem uma rápida mobilização ou que não estavam previstos nos planos de ação de outras comissões da instituição.

Datas especiais

Entre as datas significativas que podem gerar interesse pelos veículos de comunicação temos, entre outras:

- 29 de janeiro – Dia da Visibilidade Trans
- 08 de março – Dia Internacional da mulher
- 07 de abril – Dia Mundial da Saúde
- 18 de maio – Dia Nacional da Luta Antimanicomial
- 18 de maio – Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual e à Violência contra Criança e Adolescente
- 19 de junho – Dia do Imigrante
- 20 de junho – Dia do Refugiado
- 13 de julho – Aniversário da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente
- **27 DE AGOSTO – DIA DA PSICÓLOGA E DO PSICÓLOGO**
- 10 de setembro – Dia Mundial de Prevenção do Suicídio
- 01 de outubro – Dia do Idoso
- 12 de outubro – Dia da Criança



- 10 de outubro – Dia Mundial da Saúde Mental
- 02 de novembro – Finados
- 20 de novembro – Dia da Consciência Negra
- 25 de novembro – Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher
- 01 de dezembro – Dia Mundial de Luta contra a HIV/Aids

Além das datas comemorativas, a Comissão de Comunicação pode explorar fatos que causam repercussão social e que tenham relação com a Psicologia, a partir do envio de *releases* aos veículos de comunicação – informando que há Psicólogas(os) que podem falar sobre o assunto (indicação de profissionais) – e da publicação de textos e vídeos em seus canais de comunicação.

CRP-PR na mídia | Assessoria de Imprensa

A partir de temas discutidos em plenária, temas sugeridos pelas Comissões Especiais (Temáticas) e Permanentes, Campanha do Dia da Psicóloga e Psicólogo e outros eventos do CRP-PR, o objetivo é manter e incrementar o envio para a imprensa de sugestões de pautas, *releases* e artigos (escritos por Psicólogas(os)) para possíveis publicações e entrevistas. Além disso, a Comunicação Social prepara para 2022 campanhas de divulgação da Psicologia enquanto ciência e profissão via TV e rádio, com propagação online.

Assim, pretende-se ampliar as informações referentes à Psicologia para o público em geral e fortalecer a imagem do CRP-PR e das(os) profissionais de Psicologia a partir da divulgação do trabalho dos Psicólogas(os) e do Conselho na mídia.

Revista Contato:

Manter a publicação com 36 páginas, porém com aumento de tiragem, caso avalie-se, após os resultados tabulados da pesquisa junto à categoria (mencionada acima). Esse é um número de páginas que possibilita a abordagem de assuntos variados, sendo passível de produção via publicações bimestrais.



Para o Dia do Psicólogo, solicita-se impressão de uma edição especial, com número igual ou reduzido de páginas, o que possibilitaria a abordagem de temas específicos para a data.

O aumento da tiragem se deve ao aumento do número de profissionais registradas(os) no CRP-PR que passam a também receber os exemplares bimestrais.

Site

Estimular a utilização do site do CRP-PR, tornando-o um mecanismo de comunicação e busca de informações técnicas para as(os) profissionais de Psicologia do Paraná.

Pela necessidade de estabelecer o site do CRP-PR como um veículo de comunicação efetivo entre o Conselho e a categoria, as ações em outras redes sociais sempre buscam inserir um link, no site, para que o usuário acesse a página com mais frequência em busca de informações.

Mailing

Todos os meses, novas(os) Psicólogas(os) são inseridas(os) no mailing, para o qual enviamos informações importantes, divulgação de eventos/cursos e newsletter com principais notícias.

Artigos

Continuar mobilizando as Comissões, Plenário e categoria a escreverem artigos que mantenham a categoria informada e atualizada em diferentes áreas da Psicologia, dentro de padrões de qualidade e cientificidade. Entrar em contato com profissionais renomadas(os), vinculadas(os) as Instituições de Ensino Superior do Paraná, indicadas(os) pelo Plenário, convidando-as(os) a escrever para a Revista Contato. Publicar artigos inéditos. Verificar no curriculum lattes de professoras(es) de Psicologia informações sobre trabalhos produzidos e publicados e solicitar



produção e envio de artigos para Comunicação do CRP-PR, para fins de publicação na Revista Contato. Informar sobre o trabalho desenvolvido por professoras(es) (pesquisas, experiências profissionais) e Psicólogas(os), no intuito de provocar reflexões e estimular a produção de texto entre a categoria.

Campanha do Dia da Psicóloga e do Psicólogo

A campanha de 2022 deverá ser iniciada já no início do ano, com cumprimento de calendário a ser aprovado em plenária. As ações deverão ser criadas levando em consideração temas emergentes da Psicologia, abordados em plenárias, no COREP e CNP e APAFs. O objetivo é levar informações importantes para a sociedade, por meio de materiais amplamente divulgados (cartazes, flyer, e-mail marketing, camisetas, adesivos e, se possível, publicidade paga em rádios e TVs, jornais, outdoors, etc.), além de reunir Psicólogas(os) em eventos como palestras, seminários e confraternizações.

Redes sociais

Estimular a utilização do Facebook, Instagram e Twitter do CRP-PR, tornando-os instrumentos de orientação à categoria e mecanismos de comunicação e busca de informações rápidas para os profissionais de Psicologia do Paraná.

Para tanto, estima-se a necessidade de realização de campanhas específicas com patrocínio, para que mais pessoas sejam atingidas. O CRP-PR desenvolveu em 2021 uma análise do uso de suas redes e programa de consultoria para ampliação e uso otimizado destes recursos, desta forma, em 2022 devem se ampliar a aplicação de novas tecnologias e revisão de possibilidades de linguagem e de acessos, a fim de zelar pela divulgação de informações relevantes a diversos públicos.

Comissão de Direitos Humanos



A Comissão de Direitos Humanos tem caráter permanente e é presidida por conselheiro (a) do CRP-PR. Além da sede Curitiba, as Sedes Londrina, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu, além da cidade de Cianorte têm constituída a Comissão de Direitos Humanos. Esta comissão é composta por Psicólogos colaboradores, que se subdividem em núcleos temáticos, com reuniões próprias, nas quais participam convidados de outras categorias profissionais e sociedade civil.

Os núcleos temáticos que compõem a CDH são: Núcleo de diversidade de gêneros e sexualidades (DIVERGES), Núcleo de Psicologia e Migrações (NUPSIM), Núcleo de pessoas com deficiência e Núcleo de População de Rua.

Comissão de Direitos Humanos e seus núcleos, realizam reuniões periódicas nas quais organizam suas ações, como *lives* temáticas em parceria com demais comissões, rodas de conversa com a categoria profissional e sociedade civil, desenvolvimento de materiais de orientação como textos e vídeos, além de outras ações que visem contemplar o planejamento estratégico da gestão, como a organização de eventos.

Esta Comissão atua em interface com a Assessoria de Políticas Públicas, temos colaboradores da CDH ocupando cadeiras como representantes do CRP-PR em conselhos de controle social, como o CEAS/PR – Conselho Estadual de Assistência Social do Paraná, Comitê LGBT/PR - Comitê de Acompanhamento da Política de Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado do Paraná, CONSEPIR - Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Paraná, CIAMP-Rua/PR - Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política de População em Situação de Rua do Estado do Paraná.

Comissões Temáticas

A constituição de Comissões Especiais (Temáticas) no CRP-PR está prevista na Resolução CRP-08/003-2016, que além de estabelecer os critérios de



constituição, também descreve as atribuições dos profissionais colaboradores junto às comissões. Além de reuniões semanais, quinzenais ou mensais, as comissões também organizam para 2022 atividades em outros formatos, como lives, seminários, mesas-redondas, palestras, rodas de conversa, reuniões abertas, entre outros, descritos no tópico de eventos, individualmente ou em parceria com outras instituições e comissões.

As Comissões Especiais (Temáticas) também atuam enviando pareceres técnicos para as Comissões de Orientação e Fiscalização e Comissão de Ética, com o objetivo de subsidiar orientações e tramitação de processos éticos, respectivamente.

O desenvolvimento de materiais de orientação também faz parte do hall de atividades desenvolvidas pelas Comissões Especiais (Temáticas), como a publicação de cadernos temáticos, cartilhas, folders, vídeos e podcasts.

Assim como a CDH, as Comissões Especiais (Temáticas) também atuam em interface com a Assessoria de Políticas Públicas, temos colaboradores de comissões ocupando cadeiras em conselhos de controle social. Outra atuação em interface se refere às discussões e pareceres sobre projetos de leis. Comissões em atividade:

Comissões de Base Estadual:

Comissão Étnico-racial

Psicologia na Gestão de Riscos e Desastres

Sede de Curitiba:

Avaliação Psicológica

Anomalística e da Religião

Psicologia Ambiental



Neuropsicologia

Psicologia Organizacional e do Trabalho

Psicologia Clínica

Psicologia do Esporte

Psicologia Hospitalar

Psicologia Escolar e da Educação

Psicologia Jurídica

Comissão de Direitos Humanos (caráter permanente)

Sede Cascavel:

Comissão de Direitos Humanos (caráter permanente)

Sede Londrina:

Comissão de Direitos Humanos (caráter permanente)

Psicologia e Educação

Psicologia Organizacional e do Trabalho

Avaliação Psicológica

Estudantes

Mobilidade Humana e Trânsito

Neuropsicologia

Psicologia Clínica



Psicologia do Esporte

Psicologia e Saúde

Psicologia Jurídica

Psicologia na Assistência Social

Psicólogo Iniciante

Sede Maringá:

Direitos Humanos (caráter permanente)

Psicologia do Esporte

Psicologia na Assistência Social

Psicologia Organizacional e do Trabalho

Estudantes

Sede Foz do Iguaçu:

Direitos Humanos (caráter permanente)

Comissão de Psicologia na Assistência Social

Região Campos Gerais:

Psicologia na Assistência Social

Estudantes

Região Oeste:

Direitos Humanos (caráter permanente)

Comissões Setoriais

As Comissões Setoriais, conforme descrito no Regimento Interno do CRP- 08, e Resolução CRP-08/007-2019 podem ser criadas a partir da necessidade e entendimento do Plenário, em promover a descentralização político-administrativa da entidade e de ampliar os princípios da democratização e da organização da categoria, na aproximação com as Psicólogas e os Psicólogos, do setor, e submetendo-as à deliberação do Plenário do CRP-08.

Dentre as atribuições e objetivos das Comissões Setoriais, destacam-se:

1. a organização de reuniões periódicas e ciência das discussões e encaminhamentos ao CRP-08;

2. promover o diálogo ampliado com as Comissões com Permanentes, Especiais (Temáticas), Grupos de Estudos e de Trabalho do CRP-08, como forma de integrar e reivindicar as ações espaço representativo para a Psicologia junto às diversas instituições, órgãos e entidades de seu setor;

3. manter contato com as Instituições de Ensino Superior do setor, onde existam cursos de Psicologia, para divulgação das ações do CRP-08 e CFP e orientação aos estudantes;

4. articular, em conjunto com a Comissão Organizadora do Congresso Regional da Psicologia (COREP), a realização de Pré-Congressos para escolha de delegadas e delegados para os Congressos Regionais da Psicologia;

5. articular a representatividade do setor em Conferências e Fóruns de debates propostos pelo CRP-08 e CFP, respeitando os respectivos Regulamentos e Regimentos; auxiliar e direcionar seu setor à orientação do exercício profissional; incentivar a constituição de Comissões Especiais (Temáticas) e Grupos de Estudos, possibilitando o debate dos temas regionais e nacionais em seu setor, em conformidade com as deliberações do Plenário;



6. promover a indicação de colaboradoras(es) para atuar nas instâncias de Controle Social, submetendo esses nomes à apreciação do Plenário do CRP-08.

Os encontros e atividades desenvolvidas pelas Comissões Setoriais têm priorizado a modalidade remota, em atenção às Instruções Normativas do Conselho Federal de Psicologia, a respeito do funcionamento do Sistema Conselhos durante a pandemia do coronavírus e das autoridades de saúde. Contudo, poderão retornar à modalidade presencial em 2022 realizando atividades tais como: reuniões mensais, eventos e demais atividades dos setores que envolvam a Psicologia, à medida que a situação sanitária do país retornar a um padrão interpretado como de normalidade.

Comissão Setorial Campos Gerais (Ponta Grossa e região):

Comissão de Psicologia na Assistência Social

Comissão de Estudantes

Comissão Setorial Oeste (Cianorte e região):

Comissão de Direitos Humanos (caráter permanente)

Comissão Setorial Centro Oeste (Guarapuava e região)

Comissão Setorial Centro Norte (Apucarana e região)

Comissão Setorial Noroeste (Paranavaí e região)

Comissão Setorial Centro Ocidental (Campo Mourão e região)

Comissão Setorial Norte Pioneiro (Jacarezinho e região)

Comissão Setorial Sudoeste (Pato Branco e região)

Comissão Setorial do Litoral (Paranaguá e região)(não constituída)

Comissão Setorial Sudeste (União da Vitória e região)(não constituída)

ASSESSORIA TÉCNICA EM PESQUISAS

A Assessoria Técnica em Pesquisas no Conselho Regional de Psicologia do Paraná tem como principais atribuições o subsídio na produção de conhecimento via pesquisas, pareceres ou outras produções, incluindo a composição com a Rede CREPOP/CFP.

A premissa que atravessa a organização do trabalho diz respeito à produção de conhecimento vista também enquanto um instrumento de gestão, contribuindo com o aumento de potência das ações do Controle Social e na formulação de um campo de sustentação e reivindicação de Políticas Públicas.

No momento o setor é composto por um Assessor Técnico em Pesquisas (30h/semanais) e um estagiário em pesquisas (20h/semanais) e reporta-se à Gerência Técnica do CRP PR no organograma funcional e à comissão de conselheiros que acompanham o trabalho do CREPOP, no organograma das deliberações políticas do atual plenário.

Assim sendo, compete à Assessoria Técnica em Pesquisas, em sua interface com a Rede CREPOP o papel de:

1. Elaborar os Ciclos de Pesquisa tais quais preconizados no Plano Anual de Trabalho/Rede CREPOP
2. Elaborar os Seminários Regionais de Políticas Públicas, tais quais preconizados no Plano Anual de Trabalho/Rede CREPOP
3. Realizar a distribuição qualificada das Referências Técnicas para atuação das(os) psicólogas(os), tais quais preconizados no Plano Anual de Trabalho/Rede CREPOP.

4. Participação dos Seminários Internos formativos e levantamento dos marcos legais pertinentes aos ciclos de pesquisa acordados.

As ações da Assessoria Técnica em Pesquisas também espraiam-se para outros campos além da composição com o CREPOP/CFP, onde, dentro dos principais destaques encontram-se entre as ações:

- a. O subsídio técnico e estudo compartilhado de ações, diligências e notas técnicas em parceria com a Comissão de Orientação e Fiscalização
- b. A criação e organização da revista CadernoS de PsicologiaS, com o intuito de acolher produções acadêmicas e também de outros circuitos profissionais, difundido experiências profissionais e ensaios teóricos de diferentes áreas do Estado do Paraná
- c. Outras ações de acompanhamento às temáticas afins da Assessoria Técnica em Pesquisas, tais como as composições junto ao plenário em campanhas, eventos e demais ações vinculadas às temáticas da Luta Antimanicomial, Rede de Atenção Psicossocial e afins.

Entendemos, por fim, que a Assessoria Técnica de Pesquisas pode, em seu plano de trabalho, ter abertura para inserções e composições transversais com outros setores da equipe técnica, com as comissões temáticas ou comissões especiais, seja quando da composição em eventos, seja quando da realização de notas técnicas e estudos direcionados (como o caso de pedidos de análise que chegam ao Conselho Regional de Psicologia demandados por órgãos específico -- tais como pedido de parecer da Defensoria Pública do Estado sobre a questão da privação do consumo de tabaco em ambientes penitenciários).

A premissa da produção de conhecimento enquanto estratégia de sustentação e luta por Políticas Públicas também se presta a uma interlocução importante com as Instituições de Ensino Superior públicas ou privadas, quer seja quando da parceria para realização de eventos e simpósios, quer seja com a divulgação estratégica das Referências Técnicas/Rede CREPOP.

ASSESSORIA TÉCNICA EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas Públicas, Controle Social e Projetos de Leis

Estamos atravessando um período sem igual na história recente da humanidade. A crise da pandemia de Covid-19 impôs sobre a humanidade desafios sanitários, sociais e econômicos com contornos de crise humanitária. A tenebrosa gestão do enfrentamento à doença, por parte do poder público, fez ampliar desigualdades sociais já existentes no país. Estas desigualdades foram constituídas pela ação ou inação do Estado brasileiro ao longo da história, a partir da hierarquização de diferenças que dificultaram ou impediram, historicamente, o acesso das pessoas aos seus direitos. Deste modo, as possibilidades de superação deste quadro exigem políticas públicas sustentadas ao longo do tempo, amparadas e providas pelos governos sucessivamente, além de mudanças na estrutura e na forma pelas quais as sociedades distribuem a renda e a riqueza.

O CRP-PR compreende que as desigualdades de gênero, raça, sexualidades, econômica, entre tantas outras, são explicadas por diversos fatores. Entre eles, a herança de mais de 300 anos de escravização de negras e negros no Brasil, além do genocídio de comunidades indígenas – sustentados pelo patriarcado e pela misoginia: um passado de colonização que construiu uma clivagem entre pobres e ricos, negros e brancos, mulheres e homens, entre as regiões do país. Mesmo que centenas de anos tenham se passado, as estruturas de desigualdade se mantêm (ou se aprofundam) e ampliam a distância entre as pessoas e seus direitos básicos.

Com mais de 30 anos de promulgação e longe de ser efetivada plenamente, a Constituição Federal de 1988 é explícita com relação aos objetivos do Brasil: a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a erradicação da pobreza; da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais; e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A Psicologia, no entanto, tem relação intrínseca com a definição de um outro patamar de acesso aos direitos sociais para brasileiras e brasileiros, sobretudo em um contexto de crise tão agravada como a que estamos atravessando. Baseada em um projeto ético e político construído a partir da defesa dos Direitos Humanos, a profissão tem desde seu Código de Ética Profissional (Resolução CFP nº 010/2005) um compromisso com a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Além disso, o campo de trabalho de Psicólogas e Psicólogos, nas políticas públicas, é bastante relevante. Crescem as demandas para a intervenção de psicólogas (os) nesta área, devido ao crescente desemprego e empobrecimento das classes populares. Desde os anos 1990, a categoria tem sido cada vez mais participante dos processos de trabalho e gestão de políticas públicas dos mais variados eixos, tanto em equipamentos públicos quanto em organizações sociais privadas. Dados do relatório final da pesquisa “Levantamento de informações sobre a inserção dos psicólogos no mercado de trabalho brasileiro”, realizada pelo DIEESE em 2016, apontam que Psicólogas(os) funcionárias públicas estatutárias (segmento em que se encontram a maioria dos profissionais que intervêm nas políticas públicas) constituem-se como segundo maior grupo da categoria, com relação à sua ocupação, apenas atrás de Psicólogas(os) que trabalham “por conta própria”.

A partir de sua incursão em um conjunto amplíssimo de políticas públicas, das mais tradicionais como Saúde e Assistência Social, até as mais emergentes como as Ambientais e do Trânsito, a Psicologia tem participado dos processos de trabalho e de gestão de equipamentos públicos e organizações sociais privadas. No entanto, diante de um contínuo processo de desinvestimento financeiro, agravado pelo regime fiscal de congelamento dos gastos públicos em políticas sociais e o contexto da pandemia da Covid-19 e suas imensas repercussões, as políticas públicas no Brasil têm sofrido um processo de grave erosão. Isto provoca a precarização do trabalho de Psicólogas(os) e confere novos e imensos desafios para a consolidação de uma prática atenta à realidade social e ao projeto ético da profissão.

Em face disso, psicólogas (os) são cotidianamente desafiados em sua atuação, solicitando ao CRP-PR orientações, referências técnicas e reflexões permanentes acerca de tecnologias críticas de cuidado. Em atendimento às funções precípuas desta autarquia, especialmente no que se refere à orientação da categoria profissional de Psicólogas(os), esta Assessoria Técnica de Políticas Públicas (ATPP) busca seguir desenvolvendo, em 2022, ações que contribuam com referências técnicas e reflexões permanentes acerca de tecnologias críticas de cuidado desenvolvidas pela Psicologia brasileira nos mais diversos contextos. Neste sentido, o Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP-PR) segue constituindo iniciativas para contribuir com o exercício profissional de Psicólogas(os) paranaenses.

Em 2022, o trabalho da ATPP buscará ampliar e consolidar espaços para temáticas até então pouco desenvolvidas pelo CRP-PR, acolhendo e incorporando demandas levantadas pelo XIV Plenário e pela sociedade, mantendo uma relação contínua com dispositivos institucionais e esferas governamentais diversas, em toda a sua pluralidade.

Propomos que a intervenção da ATPP siga uma formatação de trabalho a partir de três eixos: Controle Social, Políticas Públicas e Projetos de Lei. Por óbvio, estas definições devem corresponder ao planejamento construído pelo XIV Plenário (Gestão 2019/2022) em seu Planejamento Estratégico Situacional, de modo que os eixos e ações podem ser alterados sem problemas quando da realização deste processo.

1. Controle Social

A Constituição Brasileira reafirma, em diferentes momentos, o princípio da participação social e da democracia participativa no país. Os fóruns de Controle Social podem ser espaços capazes de agregar pautas e interesses dos mais diversos setores da sociedade para a elaboração, monitoramento, fiscalização, proposição e gestão de políticas públicas.

Para o desenvolvimento das ações dos representantes do CRP-PR nos diversos fóruns de Controle Social, a ATPP pretende contribuir com interlocuções permanentes e ainda mais próximas com diferentes sujeitos da sociedade civil e com os gestores das políticas públicas. Além disso, buscará prover orientações em consonância com as resoluções que regem o exercício profissional da categoria e com assessoramento técnico e administrativo das(os) Psicólogas(os), por parte de reuniões presenciais, atendimentos por telefone e por e-mail. Também seguirá operacionalizando a participação dos representantes em reuniões e Conferências de políticas públicas.

Em 2022, a ATPP pretende seguir aprimorando o trabalho de organização das representações em Controle Social. Atualmente, o controle das vagas ocupadas pelo CRP-PR é feito através de planilhas em que constam as seguintes informações: Processo SEI; Conselho; eixo temático à que se refere o fórum; Sede, Subsede ou Representação Setorial de referência; nome, número de registro, telefone, e-mail e cidade de residência dos representantes titulares e suplentes; numeração das Portarias de nomeação como representantes emitidas (conforme Resolução CRP 08 0001/2020); controle do aviso de recebimento quando do envio das Portarias, expiração da representação, aferição se a Portaria de nomeação foi lançada no BRC e no SEI e se houve a entrega do relatório mensal de participação do representante, listagem de representantes a serem aprovados pela plenária e de onde partiu a indicação da representação.

Embora trabalhosa, a sistematização destes dados tem se provado fundamental para controle interno da ATPP – e sugerimos que seja aprimorada para 2022, sobretudo através do uso da Plataforma SEI, recém-implementada no CRP-PR. Este processo possibilita o reconhecimento da extensão e das áreas de representação do CRP-PR nos fóruns de Controle Social. Isto permite, além da organicidade de contato com os representantes, o planejamento de ações de orientação (função precípua da autarquia) qualitativamente superiores com relação aos anos anteriores.

Além disso, em 2022 pretendemos seguir com a alimentação do espaço em que estão publicados os nomes dos representantes e os fóruns de controle social que ocupam, no site do Conselho. Também pretendemos manter o recolhimento de relatórios mensais dos representantes, para que possamos acompanhar suas intervenções e contribuir para o desenvolvimento das ações de controle social.

Com relação às vagas em fóruns de controle social, ao momento o CRP-PR possui 127 vagas em fóruns municipais, 20 vagas em fóruns estaduais, somando centenas de representantes em dezenas de municípios diferentes. A meta para 2022 é ampliação em pelo menos 20% de vagas, trabalhando para a representatividade ativa em todo o Paraná, por intermédio do Controle Social. Além disso, a intenção é que a representação do CRP-PR seja orgânica, ou seja, esteja alinhada com os posicionamentos do Conselho, que tragam retorno à autarquia e ao conjunto da categoria profissional.

Para 2022, temos a intenção de realizar mais ações em torno do Controle Social e Políticas Públicas do CRP-PR, uma vez que seguimos apontando que há a) muitas vagas em fóruns de Controle Social, mas pouca articulação entre elas; falta de alinhamento conceitual e político entre os representantes; dificuldade de capilarizar os posicionamentos do Plenário e formular novas posições institucionais; distanciamento, por parte dos representantes, com as estruturas do Conselho (sede, Subsede, Comissões Setoriais e Comissões Especiais); dificuldade de autonomia perante os gestores e de acompanhamento por parte da Assessoria Técnica.

Para atender a função precípua de orientação à categoria, a ATPP também pretende construir novos eventos de orientação (palestras, formações, cursos, seminários online); capacitação dos colaboradores nos fóruns e conselhos; incentivo a que novos colegas participem do controle social; potencialização das redes entre os representantes do CRP-PR, para troca de informações e experiências; realização do IV Fórum de representantes; realização de novo Encontro de Professores de Psicologia e Políticas Públicas; orientações sobre como os representantes devem se

posicionar nos Conselhos; estímulo para que outras entidades da sociedade civil participem do controle social; auxílio na organização de eventos junto aos conselhos e com a categoria; discussão sobre a diferença de prática da Psicologia e do Serviço Social; debates entre os diferentes fóruns de Controle Social; contribuição para representação pautada nas orientações técnicas da autarquia, promovendo autonomia diante de ações políticas e administrativas dos gestores; articulação com redes amplas, movimentos sociais, etc; articular ação com as Comissões do CRP-PR; articulação de ações com as representantes setoriais e Subsedes; intensificar a atuação nos eixos de Saúde Pública, Política de Drogas, Assistência Social e Socioeducação.

2. Políticas Públicas

Em 2022, a ATPP pretende seguir na promoção de ações de reflexão acerca do compromisso da Psicologia junto a diferentes eixos temáticos de políticas públicas, demonstrando que a ciência e profissão estão intimamente ligadas à promoção de acolhimento aos grupos mais vulneráveis.

Sugerimos seguir a construção de posicionamentos do CRP-PR e reuniões sobre diversos temas, como saúde pública, assistência social, meio ambiente, desenvolvimento econômico e social, direitos da criança e do adolescente, das crianças, das mulheres, LGBTI, pessoa com deficiência, idosos, migrantes e refugiados, pessoas em situação de rua, pessoas em situação de privação de liberdade e que usam drogas. Temos a intenção de investir e ampliar a produção de referências e orientação para atuação da Psicologia nas políticas públicas; fomentar debates e realizar ações junto às gestões públicas sobre a presença e a importância da Psicologia neste contexto – para a qualificação da categoria nestes campos; articular ações com as Comissões; produzindo campanhas e materiais à partir dos posicionamentos institucionais do CRP-PR. Além disso, vislumbramos alguns possíveis eixos para novas intervenções em políticas públicas em 2022, quais sejam: educação, comunicação, cultura, direito à cidade e aos territórios, ruralidades,

esporte, justiça e segurança pública, juventude e políticas de memória. Fica pungente também dedicar esforços para as políticas públicas que decorram do contexto da pandemia da Covid-19.

Também é fundamental ressaltar que as ações referentes à Controle Social e políticas públicas não encontram guarida apenas na ATPP, mas são discutidas por diversas Comissões Especiais. Em 2022, a Assessoria buscará participar de ainda mais reuniões e atividades organizadas pelas Comissões Temáticas, potencializadas pela estrutura online decorrente do atendimento remoto, contribuindo para a operacionalização de suas ações e nutrindo-se das reflexões já acumuladas nestes espaços.

Outra contribuição que pretendemos dar ao CRP-PR, em 2022, refere-se ao posicionamento institucional com relação ao desmonte das políticas públicas que está em curso desde antes deste ano. A precarização (através do subfinanciamento e da descaracterização) das políticas públicas do SUAS, SUAS e da política de seguridade social em geral é alarmante e requer do CRP-PR ações em defesa destes sistemas, articuladas ao Sistema Conselhos, outras autarquias profissionais da área da seguridade social e também organizações da sociedade civil. Como haverá eleições, a ATPP também procurará promover a discussão sobre a defesa das políticas públicas neste contexto em específico.

3. Projetos de Lei

Durante o ano de 2022, a ATPP seguirá acompanhando a tramitação de diversas iniciativas legislativas ou judiciais, que se relacionam em maior ou menor escala com o exercício profissional de Psicólogas(os). Essencialmente, a intervenção deve prover subsídios para o XIV Plenário, para que possa posicionar-se e encaminhar ações com relação a estas iniciativas.

O método de acompanhamento, conforme feito até o momento, deverá seguir com o monitoramento nas casas legislativas das diversas esferas (Câmaras de



Vereadores, Assembleia Legislativa, Câmara dos Deputados e Senado Federal), articulação com ações desenvolvidas por outras instituições (Sistema Conselhos, movimentos sociais), estabelecimento de estratégias de lobby e advocacy, além de acionar a categoria de Psicólogas(os) acerca dos projetos em tramitação.

Cabe informar que pretendemos que a maioria dos encaminhamentos relacionados ao acompanhamento de Projetos de Lei sigam sendo realizados junto à Assessoria de Imprensa da instituição, visto que os mecanismos legislativos interferem nos posicionamentos públicos da autarquia.

Em 2022, ampliam-se os desafios para consolidação das ações da Assessoria Técnica em Políticas Públicas e, conseqüentemente, da intervenção deste Conselho Regional no campo do Controle Social e do acompanhamento de projetos de lei e outras iniciativas no campo das políticas públicas. Reafirmamos, para o próximo ano, o esforço de seguir convergindo, organizando e articulando os protagonistas, usuários e Psicólogas(os) para a produção de referências técnicas sobre o exercício profissional. Há um esforço concreto para a sintetização destas orientações, para que possam ser documentadas e postas à disposição daqueles que as busquem, desde Psicólogas(os), contratantes, estudantes e professoras(es) de Psicologia, até usuárias(os) dos serviços, na busca de aprimoramento técnico da intervenção psicológica neste campo, sempre alinhado com o compromisso ético e político da profissão.

A busca pela universalização dos direitos e das políticas sociais já conquistados, assim como o processo de afirmação de novos direitos, é permanente e cada vez mais necessária. Temos a chance de deixar uma marca nesta quadra histórica, como um Conselho que não deixou de atender suas funções precípuas, tampouco se absteve de defender as políticas públicas, a participação popular, a democracia e os Direitos Humanos, em um contexto tão grave de crises. Isso é o que esperamos e para isso trabalhamos.



AÇÕES E EVENTOS

Encontros de Comissões Temáticas e Representações Setoriais

Nos locais onde não há Sedes do Conselho (estrutura física) é necessário firmar parcerias com instituições ou locar espaços para que as Comissões Temáticas e Setoriais, em atividade, possam desenvolver suas atividades.

Encontros, Seminários, Fóruns, Jornadas, entre outros

O Conselho Regional de Psicologia do Paraná realizará eventos em todo o Estado do Paraná, com o intuito de capacitar, atualizar e aperfeiçoar os profissionais. Os eventos são os apresentados nos planos de ações propostos pelas comissões temáticas, permanentes, conselheiras(os), representações setoriais e grupos gestores das Subsedes.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO/FINANCEIRO

Capacitação

Realizar em Curitiba 04 (quatro) treinamentos com todos as(os) funcionárias(os) das Sedes, com o objetivo de integrar, capacitar e atualizar das questões administrativas e financeiras do Sistema Conselhos de Psicologia.

Cursos

Proporcionar as(os) funcionárias(os) do CRP-PR cursos como ações de capacitação, vinculadas ao planejamento estratégico, potencializando o desenvolvimento das competências, individuais e coletivas, bem como do desenvolvimento integral e valorização da qualidade de vida dos funcionários(as), buscando a excelência na qualidade dos serviços prestados e o alcance das metas da gestão.

Chamada Pública



O Conselho para o exercício de 2022 manterá a realização da Chamada Pública no valor total anual de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), levando em consideração a importância de se ter normas, fluxos e procedimentos previamente estabelecidos e publicados e considerando que CRP-PR, como autarquia federal, deve obediência à legislação, diretrizes e normas da Administração Pública Federal, principalmente quanto ao dever de observância aos princípios da legalidade, igualdade, publicidade, razoabilidade, moralidade, economicidade e eficiência. Para fins desta normatizar considera-se auxílio financeiro em forma exclusiva de fornecimento de passagem aérea e/ou terrestre e/ou hospedagem para palestrantes e/ou impressão de material gráfico a entidades, instituições ou profissionais proponentes. O auxílio financeiro terá sempre como contrapartida a publicação da logomarca do CRP-PR no material publicitário, de apoio, Relatório ou Anais; menção do CRP-PR como patrocinador em spots para rádio e VT. Podendo ser concedido outras contrapartidas.

Curitiba, 24 de setembro de 2021.

Psic. Ana Ligia Bragueto
CRP-08/08334
Conselheira Tesoureira

Psic. Célia Mazza de Souza
CRP-08/02052
Conselheira Presidente